

A JARDINAGEM COMO PRÁTICA ARTÍSTICA E COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO PARA A REOCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO¹

Gabriela Fiorin Rigotti *
Filipe Noé da Silva **
Daniela Ferreira da Silva ***

Resumo: Neste artigo, partindo da premissa de que o espaço interfere nas relações sociais, espera-se averiguar a proximidade entre o espaço urbano, a educação e as artes. Isso porque, quando há a possibilidade de se caminhar pelos lugares, tendo a real percepção do ambiente em que se vive, um olhar sensível ampliaria a possibilidade de transformação e a busca por melhorias através da arte. Por meio de exemplos de ação em arte-educação, serão apresentadas propostas para a transformação de espaços públicos, em especial os terrenos baldios, a partir do ativismo e da jardinagem como formas de expressão artística. Enfatiza-se, assim, a função da arte-educação e suas relações e influências com ambientes desprovidos de atividades culturais.

Palavras-chave: Arte-Educação. Jardins. Ativismo. Terrenos Baldios.

GARDENING AS ARTISTIC PRACTICE AND INTERVENTION INSTRUMENT FOR PUBLIC SPACE REOCUPATION

Abstract: In this article, starting from the premise that space interferes with social relations, we hope to investigate the proximity between urban space, education and the arts. This is so because when there is the possibility of walking through the places, having the real perception of the environment where one lives, a sensitive gaze would enlarge the possibility of transformation and the search for improvements through art. By means of some examples of action in art education, proposals will be presented in order to transform public spaces, especially wastelands, from activism and gardening as ways of artistic expression. Thus, the role of art education and its relations and influences with environments devoid of cultural activities is emphasized.

Keywords: Art Education. Gardens. Activism. Wastelands.

1 O caminhar nas cidades, a arquitetura e os muros da escola

Como caminhamos pela rua da cidade? Devagar? Depressa? Observamos os lugares? A paisagem? Em nossas viagens, olhamos o percurso? Ou só pensamos no destino? Frequentamos apenas lugares famosos e seguimos os roteiros das agências de viagens? Ou procuramos passeios alternativos?

Para muitos viajantes, o percurso rápido é o melhor. O trajeto até chegar ao destino é visto como um importuno menor. Ao se pensar assim, o bem-estar que a jornada pode ofertar é ofuscado e perdemos a sensação do tempo. No entanto, o movimento *slow travel*² (viagem lenta), galgado por Carlos Petrini a partir do movimento mundial *slow* iniciado pela gastronomia, oferece uma mudança sensível

na maneira como pensamos em viajar, seja nos lugares que visitamos fazendo escolhas conscientes, ou até mesmo na possibilidade de aproveitar sem pressa o percurso. Essa modalidade de viagem remodela nosso convívio com os lugares e nos possibilita um envolvimento mais estreito com a comunidade. Também desperta uma melhor percepção dos lugares e nos faz repensar sobre aquilo que já sabíamos - ou pensávamos saber. Seguindo esta forma de ser e estar, é preciso desacelerar e relaxar durante a jornada: o inesperado e as incertezas passam a ser bem-vindas e o caminho é tão ou mais importante do que o ponto de chegada!

Este movimento de *slow travel* retrata como são as viagens atuais, bem como nossa ligação geral com os percursos que percorremos: é comum querermos chegar rápido ao destino e não desfrutarmos dos pormenores do trajeto. A jornada lenta problematiza, também, os locais visitados: não raro, em viagens atendemos aos apelos turísticos e escolhemos os destinos mais procurados. Tal escolha, no entanto, impede-nos de conhecer outros locais, normalmente excluídos dos pacotes; e isso vale, também, para o lugar onde habitamos: no dia a dia, fazemos o mesmo trajeto inconsciente, sem atentarmos às surpresas do caminho.

A verdade é que, se modificarmos o modo como nos locomovemos pelo nosso próprio entorno, modificaremos nossa percepção sobre ele e também sobre nós próprios! E, para isso, não é preciso ir longe: é possível iniciar na rua do bairro. A observação atenta exige que se caminhe mais vagarosamente pelas ruas, que sentemos num banco de praça, que observemos os locais e as pessoas, que estejamos abertos ao ambiente e às ações nele contidas. Conforme já demonstrado no estudo de Petrini, “A praça da cidade não foi concebida como um lugar para os turistas, mas sim para o contexto da vida cotidiana. Ela merece mais do que um olhar casual: as paisagens urbanas devem ser estudadas e observadas em detalhes.” (PETRINI, 2008. p. 3-4).

À vista disso, como podemos entender uma vida entre edifícios? Viver entre edifícios não se restringe à circulação de pedestres, mas também às atividades humanas, que se combinam e tornam os espaços comuns das cidades e as áreas residenciais significativas e envolventes. Nesse sentido, o ambiente físico construído influencia nossas atividades em níveis variados e de modos diferentes. Em ruas e espaços públicos de má qualidade, apenas o mínimo de atividades ocorre. Já se, ao contrário, esses mesmos espaços forem de qualidade, mais atividades humanas são

possíveis, o que aumenta a presença de outras pessoas, eventos, brincadeiras e inspirações.

Gehl (2015) classifica as atividades realizadas ao ar livre em espaços públicos em três categorias: as necessárias, as opcionais e as sociais. Embora enfatize, em seu texto, as atividades sociais, o autor reconhece que tais atividades impõem exigências diferentes ao ambiente físico. As atividades chamadas necessárias envolvem, normalmente, tarefas diárias como fazer compras, trabalhar, estudar, etc. Tais hábitos são, de certa forma, obrigatórios. Já as atividades opcionais são realizadas apenas se houver um real interesse da pessoa: uma caminhada pelo parque, por exemplo, encaixa-se nesse perfil. As atividades sociais são todas as que requerem a presença de outras pessoas em espaços públicos, tais como os encontros, as brincadeiras, as conversas, os piqueniques, o ver e ouvir outras pessoas.

Logo, o contato com outras pessoas apresenta-nos modos de vida diversos. Para que as atividades sociais ocorram com mais frequência, no entanto, um bom planejamento físico do espaço das praças e parques e até das ruas é imprescindível. Como já demonstrou Gehl:

Embora a estrutura física não tenha uma influência direta sobre a qualidade, o conteúdo e a intensidade dos contatos sociais, arquitetos e planejadores podem afetar nossas possibilidades de encontrar, ver e ouvir pessoas – possibilidades que têm suas vantagens em si só e que, além disso, podem tornar-se importantes como pano de fundo e ponto de partida para outras formas de contato. (GEHL, 2015 p. 17).

Deste modo, é fundamental refletirmos acerca do papel da arquitetura e do urbanismo no modo como caminhamos e vivemos pelas ruas e, principalmente, sobre como utilizamos desses espaços que frequentamos. Qual seria a relação com o espaço em que vivemos? Quais sensações ele nos transmite? Nosso lugar mais cotidiano, nossa casa, é também lugar que merece uma outra atenção: olhar as cores das paredes, o formato das portas e janelas, se há um jardim para admirar... Uma casa bonita nos deixa felizes? Estas questões nos fazem pensar nas eventuais sensações que os ambientes físicos provocam em nossos sentidos, ou seja, em como a experiência visual do local que habitamos colabora para a formação da nossa identidade. Como enfatiza De Botton:

Parecemos divididos entre a necessidade de atropelar nossos sentidos e nos adaptar anestesiados aos nossos ambientes e o impulso contraditório de reconhecer o quanto as nossas identidades estão indelevelmente associadas ao lugar onde vivemos, e junto com ele se transformarão. (DE BOTTON, 2007. p. 12).

Para muitos, a arquitetura é acompanhada pela preocupação e por suspeitas, incertezas e muito desinteresse. Não raro, sua insignificância é similar àquela que também se atribui à jardinagem. A desvalorização da experiência visual move-se junto com o esforço de dar forma atraente ao mundo material: é considerado custoso deixar as casas bonitas. A partir do momento que compreendemos que o ambiente à nossa volta nos afeta diretamente, a arquitetura e o espaço - interno e externo - restabelecem sua importância. De Botton descreve que:

A premissa para se acreditar na importância da arquitetura é a noção de que somos, queiramos ou não, pessoas diferentes em lugares diferentes, e a convicção de que cabe à arquitetura deixar bem claro para nós quem poderíamos idealmente ser. (DE BOTTON, 2007. p. 13).

Tendo como base a ideia que De Botton defende sobre importância da arquitetura e de como ambiente em que estamos inseridos favorece para formação da nossa identidade, podemos supor que os espaços nos educam. Nesse sentido, o que poderíamos dizer da arquitetura escolar?

Pesquisas e debates referentes à arquitetura escolar, principalmente nas escolas de educação pública de crianças e jovens, seguem a passos lentos. Em universidades e escolas, ademais, são poucos os diálogos sobre o assunto entre as distintas áreas de conhecimento. Em meio às desconexões entre os órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) responsáveis pelo financiamento e gestão dos prédios escolares, constata-se que seu aspecto estritamente disciplinar não contribui para o desenvolvimento intelectual dos alunos.

Estes são os primeiros apontamentos levantados pela arquiteta e urbanista Ana Beatriz Goulart de Faria. A proposta deste estudo, *pensar-fazer Arquitetura de pensar-fazer Pedagogia*, convida-nos a olhar todas as proporções do atual espaço educativo e repensar os projetos de implantação do lugar pedagógico. Além disso, o artigo busca apresentar alguns parâmetros e sinais para que arquitetos, pesquisadores e educadores participem nos debates das escolas do século XXI seguindo perspectivas interdisciplinares, intersetoriais e participativas. Espera-se, deste modo,

contribuir para a pesquisa sobre educação, arquitetura e construção do espaço escolar.

Diante de questionamentos sobre as funções e conteúdos que a escola exerce na vida dos educandos e de como ela se insere no contexto do mundo contemporâneo, como pensar em uma escola que promova uma educação integral, que seja integradora de todos os espaços que nos cercam e que permita reformular a escola no mesmo movimento que busca reinventar a cidade?

A educação integral precisa da escola, mas também do bairro, da comunidade, nas praças, ou seja, de todo o território! Porque a formação dos sujeitos da educação é, nesse sentido, inseparável das relações com os lugares de vida e de educação formal. As pesquisas de Faria nos sugerem que:

A educação integral precisa da ampliação dos tempos e espaços e de oportunidades educativas. Por isso ela não cabe só na escola. Ela precisa de toda a cidade. E não só da ampliação, mas da reinvenção dos tempos e espaços educativos, pois, é fato, nem a escola nem a cidade estão preparadas para esta relação. Nesta perspectiva, o território urbano passa a ser um território potencialmente educativo. Nesse sentido, a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconcebido e produzido pelos sujeitos que a habitam. Trata-se de associar à escola o conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá, intencionalmente, às novas gerações, experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida. (FARIA, 2012, p. 107).

Embora os debates, pesquisas e projetos no campo da arquitetura escolar sejam poucos, tivemos a oportunidade de conhecer o exemplo do Projeto Sol³, em Paulínia/SP, no qual a participação do arquiteto ocorreu em todas as partes, da elaboração à efetivação do Projeto. Tratou-se de um espaço voltado para a educação não-formal e que já foi bastante estudado como referência interdisciplinar devido à interação e participação, sempre democrática, de educadores, médicos, psicólogos, assistentes sociais, cozinheiros, pedreiros e moradores da região, cada um contribuindo com sua experiência. O projeto arquitetônico do Projeto Sol teve como inspiração os desenhos infantis: as várias figuras e desenhos do sol estavam presentes maciçamente, sempre elegidos em debates com a comunidade.

Este Projeto serviu-nos como paradigma para pensar as construções de escolas e, ao abranger e dialogar com diversas áreas de conhecimento, a

oportunidade de conhecê-lo demonstrou-nos, na prática, um bom modelo de reaproveitamento do espaço social para intervenções educacionais.

Levando em consideração as pessoas que fazem parte desse espaço, e principalmente, as crianças que ali aprenderam e se desenvolveram, constatamos uma intervenção bem-sucedida, que respeitou a sensibilidade dos frequentadores e o sentido daquele ambiente para a uma aproximação sensível com a comunidade.

Tendo como base as pesquisas destes autores sobre como a arquitetura e os ambientes interferem em nossa formação (inclusive escolar), na maneira como caminhamos e interagimos com outras pessoas, convém questionar: como podemos nos utilizar mais e melhor dos espaços públicos, e de que maneira a arte pode auxiliar para um melhor aproveitamento e compreensão destes espaços?

1 Espaços Públicos, Ativismo e Jardinagem

Quando percorremos os locais que fazem parte da nossa rotina – seja para trabalhar, estudar, passear, ir ao mercado, entre tantos outros – percebemos que muitos deles são subutilizados ou encontram-se em situação precária. Isto ocorre, principalmente, nas áreas mais afastadas dos centros da cidade, visto que tais regiões não possuem muitas praças, ruas e avenidas arborizadas. Já nos centros e nos locais mais próximos dos grandes centros, as ruas e avenidas são mais arborizadas, há mais parque e praças.

Figura 1 – Parque dos Ingás localizado no centro da cidade de Mogi Guaçu/SP.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

Figura 2 – Terreno público abandonado no bairro Jardim Fantinato, Mogi Guaçu/SP.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

Ao compararmos as imagens, podemos notar dois espaços bastante distintos dentro da cidade de Mogi Guaçu⁴. A Figura 2 mostra um parque em bom estado de conservação, arborizado e localizado no centro da cidade, já a Figura 3 apresenta um terreno que, apesar de seu potencial para acolher um parque ou uma praça, encontra-se atualmente em situação de abandonado e sem uso. O intuito deste estudo não é comparar todas as praças e parques de uma cidade, avaliar os espaços mais próximos do centro e os mais afastados ou se estes ou aqueles são arborizados ou não. Nossa proposta, ao contrário, consiste em refletir sobre a possibilidade de intervenção em locais públicos, mesmo que mais distantes dos grandes centros, com o intuito de transformá-los em locais que possam ser utilizados nas mais diversas atividades sociais, tais como brincar, fazer piqueniques, conversar, criar jardins e hortas, entre tantas outras possibilidades.

Também se defende aqui a criação de espaços voltados às diversas práticas educativas, onde se possam estimular atividades lúdicas voltadas à interação entre pessoas de faixas etárias diferentes. Ao estimular atividades coletivas, espera-se promover noções de engajamento, pertencimento, empoderamento e troca de experiências. Espera que o parque, a praça, o espaço público em si:

[...] funcione como espaço e prática de vivência social, que reforce o contato com o coletivo e estabeleça laços de afetividade com esses sujeitos. Para tanto, necessita-se de um local onde todos tenham espaços suficiente para experimentar atividades lúdicas, estas entendidas como tudo aquilo que provoque e seja envolvente e vá ao encontro de interesses, vontades e necessidades de adultos e

crianças. As atividades de educação não-formal precisam ser vivenciadas com prazer em um local agradável, que permita movimentar-se, expandir-se e improvisar, possibilitando oportunidades de troca de experiências, de formação de grupos (de proximidade, de brincadeiras e de jogos, no caso das crianças e jovens), de contato e mistura de diferentes idades e gerações. (VON SIMSON, PARK & FERNANDES, 2001, p.10).

Nesse sentido, ocupar espaços públicos pode ser entendido como ativismo, a união de arte com ativismo que designa, segundo Raposo “[...] novas formas de organização e resistência incluindo práticas de arte de guerrilha, ocupações artivistas de espaços do Estado, boicotes de instituições de arte e educação, ocupações de fábricas e movimentos de ocupação de praças.” (RAPOSO, 2015, p. 9), ou seja, que reocupa espaços para transformá-los como uma maneira de resistirmos e nos colocarmos participantes ativos dos lugares em que vivemos.

A proposta de criar jardins em terrenos baldios, por exemplo, configura-se como uma nova forma de reocupar os espaços abandonados das cidades e promover um maior número de áreas de bem-estar e de convivência. Em muitos lugares, os jardins são elaborados por paisagistas de forma ordenadamente bela: nossa proposta, ao contrário, é pensar sobre o fazer da jardinagem com que as próprias pessoas da comunidade, com os transeuntes, com os apreciadores e frequentadores, na esperança de que essas pessoas possam ter uma nova relação com o local onde vivem, a partir de novas práticas quotidianas no espaço vivido, na manutenção de territórios e na construção de novas territorialidades. A jardinagem, nesse sentido, promoveria uma educação estética, visto que se utiliza das mais variadas cores, formas e texturas para estimular nossos sentidos através do tato, do olfato, da visão e da audição. Em outras palavras, os espaços verdes se constituem como importantes agentes para o desenvolvimento de uma educação sensível e significativa e para a constituição de cidades vivas, como exposto por Gehl:

Cidades vivas, aquelas em que as pessoas podem interagir umas com as outras, são sempre estimulantes, porque elas são ricas em experiências, em contraste com cidades sem vida, que não podem evitar serem pobres em experiências e, conseqüentemente, sem graça, independentemente de quantas cores e variações de forma sejam inventadas para os edifícios. (GEHL, 2015 p. 23).

2 Arte Além dos Muros da Escola: propostas de mudança

Mas, depois de repensar o uso do espaço público a partir de teorias e debates, como promover tais mudanças? Na escola, é necessário buscar diálogos sobre o espaço escolar e seu entorno com os alunos e todos os demais membros da comunidade escolar. Como enfatiza Faria:

O educador e a arquiteta clamam para que o direito à educação na cidade seja garantido e dão pistas de que isso se dará quando a apropriação de seus espaços públicos (incluindo as escolas) for feita através de processos coletivos e participativos. (FARIA, 2012, p. 107-108).

Ainda que se demore para construir novas escolas neste formato, é possível repensar e modificar os espaços escolares já existentes. Mudanças na organização das salas de aula, ou mesmo o deslocamento e uso de outros espaços escolares (como o pátio, a biblioteca, o refeitório, a calçada, o jardim e o entorno escolar), já poderiam suscitar bons resultados. Intervenções coletivas também seriam bem-vindas, uma vez que levam em consideração a experiência escolar de alunos, docentes, funcionários e comunidade para um estar na escola que integre aspectos cognitivos, afetivos, culturais e artísticos de todos os sujeitos da escola.

Para além do espaço contido entre os muros da escola, agir em prol de uma nova significância dos parques, praças e demais espaços públicos de possível convivência nas cidades é condição primordial para que esta educação sensível e artista se faça na prática. Como exemplos, temos o Projeto *Jaboticaba*, em Campinas, e o Projeto *Tierra de Niños*, em Lima, no Perú.

O Projeto Jaboticaba⁵ surgiu em 2015, idealizado pelas amigas de infância e Arte-Educadoras Julyana Troya e Gabriela Rigotti. O referido projeto proporciona vivências, passeios, visitas guiadas e minicursos na área da Arte-Educação. As vivências sempre acontecem em espaços públicos, sobretudo praças e parques, e objetiva justamente agir em prol de uma nova convivência entre as pessoas e os espaços.

Na intervenção chamada “*Entre o flamboyant e a jaboticabeira tinha... um mini jardim!!*”, por exemplo, realizada na Praça XV de Novembro na cidade de

Campinas/SP, foi instalado um varal interativo de fotografias (Figura 4) contendo detalhes das próprias árvores da praça e que são típicas da cidade, os Flamboyants.

Figura 3 – Varal interativo de fotografias com detalhes das próprias árvores da praça.



Fonte: Foto de Patrícia Saad para *Projeto Jaboticaba*, 2015.

As árvores e sua história foram apresentadas intercaladas à leitura da poesia de Elias Akhenaton sobre o mesmo tema.

Flor de Flamboyant (Elias Akhenaton)⁶

"Hoje acordei
Com um cheiro de doce poesia
Impregnando meu pensamento.
Brisa delicada da manhã...
Flor de flamboyant.

Sentimento de paz em minh'alma!
Que seja eterno,
Não apenas inspiração
Ou uma mera ilusão...

Que esta essência se faça presente
Em todas as manhãs
e durante todo dia...
essência de Flor de flamboyant".

As vagens dos Flamboyants também foram materiais da vivência, dando vazão à imaginação para a confecção de brinquedos e incorporando as memórias de infância dos participantes – crianças de 8 a 80 anos! Ao final, ponto alto da atividade, os participantes foram convidados a confeccionar minijardins (terrários) para que levassem um pouco do espírito da praça para casa e para se lembrarem de apreciá-la e cuidar dela todos os dias! (Figura 5).

Figura 4 – Confeção de minijardins (terrários).



Fonte: Patrícia Saad para *Projeto Jabuticaba*, 2015.

Em um projeto com objetivo similar, desenvolvido em 2011 no distrito de Comas, periferia de Lima/Perú, o educador Rogelio Ramos Huamán convidou as crianças para confeccionarem pequenos jardins em terrenos baldios nas redondezas de suas casas e escola⁷. Os jardins, aos poucos, foram se espalhando pela vizinhança e, de tanto que se desenvolveram, exigiram sua transposição para terrenos maiores. Como resultado, o terreno que estava abandonado foi transformado em um bosque repleto vasos de plantas, árvores frutíferas e bancos para leitura (Figura 6).

Figura 5 – Bosque criado pelas crianças da periferia de Lima/Perú.



Foto de Desyrre Valdiviezo Palacios para Projeto *Tierra de los Niños*, 2011.

Embora sejam oriundos de contextos diferentes, ambos os projetos contribuem para um novo olhar e para a o instigar de um novo, maior e melhor uso de praças, parques e terrenos baldios. A primeira proposta, como vimos, já desenvolve atividades em praças da cidade. Criado por duas Arte-Educadoras, o Projeto Jabuticaba, nesta e noutras vivências oferecidas, incentiva a convivência entre pessoas de faixa etárias diferentes e também promove a interação do público entre si e com as obras artísticas, a natureza, paisagem e as poesias. O segundo projeto, por sua vez, partiu da iniciativa de um educador e morador local que, com sua experiência em jardinagem e a ajuda das crianças, transformou lugares abandonados da periferia do Perú em bosques com jardins e hortas, além de um espaço próprio destinado à leitura.

Nesse sentido, ambos os projetos se relacionam e se constituem como exemplos de ações artivistas em prol de uma vida nas cidades mais sensível, significativa e consciente.

Considerações finais

O percurso deste estudo possibilitou-nos um novo olhar à arte, à escola e aos lugares que nos cercam. Também conduziu a uma percepção aguçada acerca da

arquitetura dos locais cotidianos e sobre como eles influenciam nossa formação. É daí que surgem as possibilidades de transformação desses mesmos espaços.

Olhar para os locais públicos e constatar abandono e negligência (como é o caso dos terrenos baldios), além da explícita falta de áreas verdes na cidade de Mogi Guaçu foi o que nos incitou a buscar exemplos para a reocupação desses espaços com arte, educação e, portanto, ativismo. O uso da jardinagem como prática artística se apresentou como metodologia simples, pouco custosa e de grande impacto na vida da comunidade, contribuindo para uma educação, ao mesmo tempo, sensível e estética.

Experiências como da cidade de Lima/Perú, onde as crianças transformaram o terreno baldio em um bosque com área para leitura, ou mesmo do Projeto Jabuticaba, atuante nas praças da cidade de Campinas, promovem vivências de fruição e educação estética múltiplas. Nessa empreitada, convidam toda a população a conviver e coexistir de maneira criativa, emotiva, cultural e lúdica. Estes dois projetos, portanto, nos estimulam a querer transformar espaços abandonados e, ao mesmo tempo, promover vivências artísticas, lúdicas, criativas e vivas nos mais variados locais.

Notas

* Gabriela Fiorin Rigotti é doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Faculdade de Educação (Unicamp). Coordenadora de Pós-Graduação pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada e Docente pelo Centro Universitário Padre Anchieta. E-mail: gabi.frigotti@gmail.com

** Filipe Noé da Silva é mestre em História Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH – Unicamp. Docente pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada. Email: filipe.hadrian@gmail.com

*** Daniela Ferreira da Silva é Professora Especialista em Arte-Educação pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada. Email: daniela.educ86@gmail.com

¹ Este artigo é parte da pesquisa de Pós-Graduação Lato Sensu defendida por Daniela Ferreira da Silva e aprovada em agosto de 2019, sob orientação da Proa. Gabriela Fiorin Rigotti e co-orientação do Prof. Filipe Noé da Silva, nas Faculdades Integradas Maria Imaculada/FIMI-Mogi Guaçu.

² De acordo com Petrini (2008), o *slow travel* é uma maneira diferente de viajar. Ou seja, viaja-se lentamente e, com isso, se estimula a conexão com as pessoas, as culturas da região e os lugares.

³ O Projeto Sol, em Paulínia/SP, foi um grande exemplo de educação não-formal. Criado em 1986, o projeto atendeu crianças e adolescentes de 7 a 14 anos em períodos contrários ao da escola. Sua experiência pioneira ainda pode ser conhecida em: VON SIMSON, Olga R.M; PARK, Margareth B; FERNANDES, Renata S (Organizadoras). Educação não-formal: cenários da criação. Campinas: Editora da Unicamp/ Centro de Memória, 2001.

⁴ A cidade de Mogi Guaçu/SP é onde encontram-se as Faculdades Integradas Maria Imaculada, Instituição na qual realizou-se este estudo.

⁵ Para saber mais sobre o projeto, acesse a página: <https://www.facebook.com/ProjetoJabuticaba>

⁶ Poesia cedida pelo autor para a vivência do Projeto Jabuticaba. As obras do autor podem ser apreciadas em <<http://poetaeliasakhenaton.blogspot.com/2012/08/flor-de-flamboyant.html>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

⁷ A reportagem completa está disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/geral-44305384>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

Referências

ALVES, Rubem. **Variações sobre o prazer**: Santo Agostinho, Nietzsche, Marx e Babette. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DE BOTTON, Alain. **Arquitetura da Felicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. Por outras referências no diálogo arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. **Revista Em Aberto**, Brasília: v. 25, nº 88, p. 99-111, jul./dez. 2012.

GEHL, Jan. A vida entre edifícios. **Revista Piseagrama**, Belo Horizonte: nº 07, p. 14-21, 2015. Disponível em <<https://piseagrama.org/a-vida-entre-edificios/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IDOETA, Paula Adamo. **Crianças tomam conta de terrenos baldios e os transformam em jardins, hortas e áreas de leitura**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-44305384>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

PETRINI, Carlos. **Movimento Slow Travel – Manifesto Mundial**. Setembro/2008. Disponível em: <<https://www.hiddeneurope.co.uk/a-manifesto-for-slow-travel/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RAPOSO, Paulo. “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. **Cadernos de Arte e Antropologia**. Salvador: v. 4, nº 2, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cadernosaa/909>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TORRINHA, Rita. **Alunos transformam muro de escola pública em painel de arte para expressar o que sentem**. Disponível em: <

<<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/alunos-transformam-muro-de-escola-publica-em-painel-de-arte-para-expressar-o-que-sentem.ghtml>> Acesso em: 10 mar. 2019.

VON SIMSON, Olga R.M.; PARK, Margareth B; FERNANDES, Renata S (orgs.). **Educação não-formal**: cenários da criação. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Memória, 2001.

Recebido em: agosto de 2019.

Aprovado em: novembro de 2019.